

# A consagração popular no procedimento de inexigibilidade para contratação de artistas musicais

The popular consecration in the inexigibility procedure for contracting musical artists

**Pedro Henrique Maciel Barros**

 <https://orcid.org/0000-0001-6313-3431>

**Marina Zava de Faria**

 <https://orcid.org/0000-0002-7818-5848>

**DOI:** <https://doi.org/10.48143/rdai.17.mzf>

**Palavras-chave:** Inexigibilidade, Licitação, Artistas Musicais, Direito Administrativo

## Resumo

A licitação, tema não mais restrito ao círculo forense, sobretudo na atualidade em que esta protagoniza escândalos de corrupção no Brasil, se manifesta como um procedimento indispensável para Administração Pública. A presente pesquisa oferece um modesto recorte ao propor estudar as inferências da consagração popular: termo este formado da junção dos critérios legais "consagrado pela crítica especializada ou opinião pública", previsto anteriormente no art. 25, III, na Lei 8.666/1993 e agora no art. 74, II, da Lei 14.133/2021, no afã de averiguar qual ou quais seriam as interpretações mais acertadas para contratação de artistas no procedimento de inexigibilidade. Para fins metodológicos, utilizou-se a revisão bibliográfica do assunto, estudos científicos, pareceres, jurisprudência, além de guias, manuais e outros materiais editados pelos órgãos oficiais do país. O escopo da pesquisa se limita a apresentar ao círculo forense ou a qualquer interessado os conflitos depreendidos do procedimento licitatório narrado em tela, no que se refere à contratação de artistas musicais pela Administração Pública no atual contexto jurídico brasileiro, buscando a construção de uma reflexão geral, sem o condão de apresentar conclusões definitivas.

## Biografia do Autor

**Pedro Henrique Maciel Barros**

Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Estácio de Sá. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Advogado. Produtor Fonográfico.

**Marina Zava de Faria**

Doutora em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora dos cursos de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Escola Superior Associada de Goiânia (ESUP). Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), Faculdade Padrão (FP) e Faculdade Nossa Senhora Aparecida (FANAP). Professora de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e da Universidade Salgado de Oliveira.

**Referências**

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Licitações e contratos administrativos: teoria e jurisprudência. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2018.

BITTENCOURT, Sidney. Contratando sem licitação: contratação direta por dispensa ou inexigibilidade. São Paulo: Almedina, 2016.

BRASIL Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, 2010. Disponível em: [[www.tcu.gov.br/Consultas/juris/Docs/LIC\\_CONTR/2057620.PDF](http://www.tcu.gov.br/Consultas/juris/Docs/LIC_CONTR/2057620.PDF)]. Acesso em: 09.10.2018.

CABRAL NETO, Cirino Adolfo. Inexigibilidade de licitação: contratação de artistas. Leme: Editora Cronus, 2009.

CARVALHOFILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 32. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 31. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta sem licitação: dispensa de licitação; inexigibilidade de licitação: procedimentos para a contratação sem licitação; justificativa de preços; inviabilidade de competição; emergência; fracionamento; parcelamento; comentários às modalidades de licitação, inclusive o pregão: procedimentos exigidos para a regularidade da contratação direta. 10. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos. 4. ed. ver., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

RODRIGUES, Eduardo Azeredo. Inexigibilidade e Atuação de Empresas de Produção de Eventos na Contratação de Artistas. Revista de direito do Tribunal de justiça do Estado do Rio de janeiro, Rio de janeiro, n. 81, p. 71-76, out./dez 2009. Disponível em: [ [www.tjrj.jus.br/c/document\\_library/get\\_file ? uuid=82f9704 7-fc-55-4657-84fe-d33527009907 &groupid=l0136](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=82f97047-fc-55-4657-84fe-d33527009907&groupid=l0136)]. Acesso em: 20.01.2019.

### Legislação

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. Orientação Normativa 17, de 01 de abril de 2009. Disponível em: [ [www.agu.gov.br/atos/detalhe/189178](http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/189178)]. Acesso em: 17.01.2019.

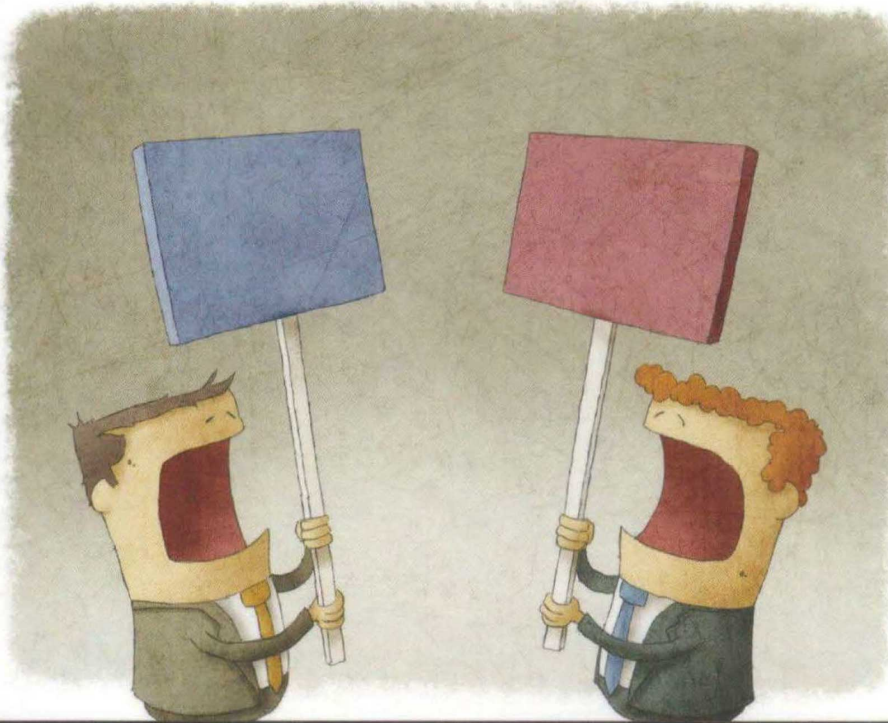
### Jurisprudência

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 143512017. Relator: Ministro Vital do Rêgo. Brasília, DF, 05.07.2017. Diário Oficial da União. Disponível em: [ [contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br)]. Acesso em: 28.08.2018.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas. Decisão 6.96811996. Brasília, DF, 08.08.1996. Disponível em: [ [www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br)]. Acesso em: 20.01.2019.

**NESTA EDIÇÃO:**

# ÉTICA DA DISCUSSÃO E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O ADMINISTRADOR PÚBLICO MENTIROSO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,  
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

• **RDAI 17**

ANO 5 • n. 17 • abr.-jun. • 2021

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,  
Regulation and Compliance*

N. 5 • ISSUE 17 • April – June • 2021

COORDENAÇÃO

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO E  
RICARDO MARCONDES MARTINS**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

Publicado

2021-07-01

Como Citar

MACIEL BARROS, P. H.; FARIA, M. Z. de. A consagração popular no procedimento de inexigibilidade para contratação de artistas musicais: The popular consecration in the inexigibility procedure for contracting musical artists. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI**, Thomson Reuters - RT, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 93-108, 2021. DOI: 10.48143/rdai.17.mzf. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/369>. Acesso em: 12 ago. 2021.

Fomatos de Citação

Edição

[v. 5 n. 17 \(2021\)](#)

Seção

Direito Administrativo: Licitação e Contratos Administrativos

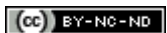
Licença

Copyright (c) 2021 Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#).

Este periódico é licenciado por

[\(CC BY-NC-ND\)](#)

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio); e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE*; *Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as [Regras para a submissão e avaliação da RDAI](#).

0

[Enviar Submissão](#)

## Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

## Idioma

English

Português (Brasil)

Español (España)

Français (France)

Italiano

© Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura – RDAI | e-ISSN: [2675-9527](#)

RDAI - Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance | ISSN: [2526-8120](#)

R. Gomes de Carvalho, n. 1510 | 9º andar | Vila Olímpia | 04547-005 | São Paulo-SP | Brasil | +55 (11) 3058-7800

[Acervo](#) - [Buscar](#) - [Contato](#) - [Acesso](#) - [Registro](#)

Platform &  
workflow by  
**OJS / PKP**

